



ANAIIS
DA SEMANA DOS
MUSEUS
DA UFPEL

2022

VOLUME 6



PR
Pro-Reitoria de
EC
Extensão e Cultura





ANAIS DA SEMANA DOS MUSEUS DA UFPEL



2023

VOLUME 6

E-ISSN – 2674-6298

Noris Mara Pacheco Martins Leal

Eleonora Campos da Motta Santos

Isadora Costa Oliveira

Organizadoras

Edição: Noris Mara P M Leal e Marco Aurélio da Cruz Souza

Diagramação e Capa: Roberta Locateli

Foto de capa: Fotografia aérea da Praça Cel. Pedro Osório, Centro Histórico da cidade de Pelotas/RS. De autoria de Felipe Argiles Silveira. A praça que já foi denominada de Campo, Praça do Teatro, Praça da Regeneração, Praça do Redondo, Praça Dom Pedro II e Praça da República. O nome atual foi dado em 1931, em homenagem ao Coronel Pedro Luís da Rocha Osório, falecido naquele ano. Faz parte do conjunto arquitetônico pelotense, que em 2018 foi reconhecido como patrimônio cultural nacional. No seu entorno estão situados os museus da UFPEL: Museu do Doce, Museu de Ciências Naturais Carlos Ritter e Museu de Arte Leopoldo Gotuzzo.

1.3 Fóruns Estaduais de Museus do Rio Grande do Sul – Entrelaçamentos com a Política Nacional de Museus

Márcia Regina Bertotto

Museóloga e Doutora em Museologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

marcia.bertotto@ufrgs.br

Resumo: O artigo aborda o surgimento do Sistema Estadual de Museus do Rio Grande do Sul (SEM/RS) e seu histórico de formação, destacando as temáticas e discussões que se efetivaram durante a realização dos Fóruns Estaduais de Museus, especialmente, do 3º Fórum (Santa Maria, 1992) e do 8º Fórum (Rio Grande, 2002). Objetiva descrever a conformação do SEM/RS como instituição responsável pela implementação e consolidação de políticas públicas para o setor, indicando as relações presentes entre as instituições sistêmicas no âmbito nacional e regional. A metodologia compõe-se de dados de pesquisas anteriores e de relatos como agente ativa na participação em ambos os eventos, além de revisão bibliográfica e documental. Assinala a importância dos assuntos tratados nos referidos Fóruns Estaduais de Museus, com base no envolvimento polifônico dos participantes e os resultados que foram encaminhamentos fundamentais e colaborativos para a efetivação de uma política cultural pública e específica para os museus no Brasil.

Palavras-chaves: Políticas públicas. Museus. Sistema Estadual de Museus/RS. Fórum Estadual de Museus.

Introdução

São encontros como o Fórum Estadual de Museus que trazem, na sua origem, as discussões relativas ao campo museal, que fortalecem os museus do Rio Grande do Sul e o desenvolvimento da ciência Museologia. A participação como membro da Mesa-redonda “Política Nacional de Museus, Sistemas Nacional e Estadual da Cultura”, juntamente com as profissionais Simone Flores Monteiro e Ana Ramos Rodrigues, dentro da programação do 14º Fórum Estadual de Museus, realizado na cidade de Pelotas entre 24 e 27 de maio de 2022, reforça a importância da escuta e

das trocas, onde relatamos a importância e atualidade dos assuntos tratados no 3º e no 8º Fórum Estadual de Museus para o momento que hoje vivenciamos.

A abordagem do surgimento do Sistema Estadual de Museus do Rio Grande do Sul e seu histórico de formação, destacando a importância das discussões que se efetivaram no seu encontro maior, o Fórum Estadual de Museus é importante para o fortalecimento das ações em prol dos museus e dos profissionais de museus e observando-se a atuação do SEM/RS como política pública para o setor.

A retomada neste encontro, depois de nove anos desde a realização do 13º Fórum Estadual de Museus e, depois de dois anos de pandemia de COVID-19, é um momento significativo. Este retorno reforça a ocasião de discutir os melhores rumos e conhecer as experiências e relatos de colegas estudantes de Museologia e profissionais de museus.

Autores que relatam a partir de suas pesquisas, as políticas públicas para a cultura, como Isaura Botelho, Antonio Rubim e Lia Calabre, são fundamentais para as abordagens e para a compreensão da Política Nacional de Museus (enquanto pauta nacional) e do Sistema Estadual de Museus do Rio Grande do Sul (para a pauta regional) e seus entrelaçamentos.

A organização sistêmica e sua importância para a política pública

Os Sistemas Estaduais de Museus surgiram a partir da formação do Sistema Nacional de Museus, em 1986, quando então, foi estimulada a criação de sistemas estaduais dentre os quais destacamos o Sistema Estadual de Museus do Rio Grande do Sul (SEM/RS). Embasado na existência dos Sistemas Estaduais de Museus de São Paulo e, principalmente, do Paraná, o SEM/RS foi desenvolvido num crescendo e com o apoio de profissionais que se envolveram firmemente nesta ação.

Para abordar o assunto Políticas Públicas de Cultura no Brasil precisamos de conceituações propostas por alguns autores. António Canelas Rubim reforça que: “As políticas públicas dão substrato democrático para a viabilização de políticas de Estado, que transcendendo governos, possam viabilizar políticas nacionais mais permanentes”. (RUBIM, 2012, p.41). Enquanto que Lia Calabre indica que: “No Brasil

a relação entre o Estado e a cultura tem uma longa história. Entretanto a elaboração de políticas para o setor, ou seja, a preocupação na preparação e realização de ações de maior alcance, com um caráter perene, datam do século XX.” (CALABRE, 2007, p. 1) Quer dizer, temos rupturas, idas e vindas e impermanências, mas é o século XX que inaugura uma efetiva preocupação com a criação de órgãos governamentais para implementar políticas públicas de cultura, que nem sempre tem continuidade. Também é fundamental destacar o embasamento que o Decreto-lei nº 25 traz para o conceito de patrimônio, nas palavras de Marcio Ferreira Rangel

Tendo como base o anteprojeto de Mário de Andrade, Rodrigo Melo Franco de Andrade elabora o Projeto de Lei federal que irá organizar a proteção do patrimônio cultural no Brasil. Em janeiro de 1937, por meio da Lei nº. 378, é criado o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN). Nesse mesmo ano, após a dissolução do Congresso Nacional, Gustavo Capanema submete a Getúlio Vargas o Projeto de Lei redigido por Rodrigo. Em 30 de novembro, o Decreto-Lei nº. 25, que regulamenta o SPHAN, foi promulgado. (RANGEL, 2012, p.105)

Pelas razões indicadas nas falas dos autores citados, atentamos que foram incansáveis as tratativas para efetivar o SEM/RS, enquanto uma política pública para os museus, razão de ser da realização e da pauta de discussões do 1º e do 2º Fórum Estadual de Museus.

A força de propositura de muitos profissionais ocorreu como condição básica para a formatação do SEM/RS, seja na atuação incessante nos museus ou em instituições ligadas à Secretaria de Estado da Cultura, que havia sido criada em 1990. Destacamos o trabalho de Teniza Spinelli, jornalista e museóloga provisionada, atuando na Coordenadoria Estadual de Museus (CEM/RS) que estava à frente da implantação do SEM/RS; de Tarcísio da Costa Taborda, jurista e museólogo provisionado, atuante na sua cidade natal, Bagé/RS, onde trabalhava no ensino e na curadoria e direção dos museus municipais, além de ser o responsável por muitas edições dos Encontros Sul-rio grandenses de Museus; e de Telmo Lauro Muller, historiador e professor que vivia e trabalhava em São Leopoldo junto ao Museu Histórico Visconde de São Leopoldo.

O envolvimento destes profissionais e de tantos outros bem como outras entidades que congregaram e congregam museólogos de formação, museólogos provisionados e profissionais de museus, como a Associação Rio-grandense de

Museologia e o Conselho Regional de Museologia do Rio Grande do Sul (COREM 3R)¹⁸, foram o impulso para que o SEM/RS efetivamente fosse criado em 1991.

Pelo Decreto Nº 33.791, DE 21 DE JANEIRO DE 1991, que organiza sob a forma de Sistema as atividades de Museus do Estado do Rio Grande do Sul, estava criado o Sistema Estadual de Museus do Rio Grande do Sul. O instrumento define em seu artigo primeiro que as atividades dos museus do Estado do Rio Grande do Sul serão desenvolvidas sob a forma de sistema. Portanto, fica esclarecido um ponto importante no que se refere a sistemas, que se organiza de forma diferente do que é a configuração em rede, cuja organização é mais distendida. Neste caso, o sistema tem uma participação institucional, menos distendida que a ação das redes e que precisa ter uma adesão formal.

Segundo o referido decreto, se destacam algumas das atribuições do SEM/RS:

- I-promover a articulação entre os museus existentes no Estado, respeitada sua autonomia jurídico-administrativa, cultural e técnica;
- II-definir diretrizes gerais de orientação para o cumprimento dos objetivos do Sistema;
- IV-estabelecer e acompanhar programas de atividades, de acordo com as especificidades e o desenvolvimento da ação cultural de cada entidade museológica e a diversidade cultural do Estado;
- V-estabelecer e divulgar padrões e procedimentos técnicos que sirvam de orientação aos responsáveis pelos museus;
- VII - proporcionar o desenvolvimento de programas de incremento, melhoria e atualização de recursos humanos, visando ao aprimoramento do desempenho museológico;
- VIII - propor formas de provimento de recursos destinados à área museológica do Estado;
- X -estimular propostas de realização de atividades culturais e educativas dos museus junto às comunidades;
- XII - promover e facilitar contatos dos museus com entidades nacionais ou internacionais, capazes de contribuir para a viabilização dos projetos das instituições filiadas aos Sistemas (RIO GRANDE DO SUL, 1991)

Atribuições estas que têm sido concretizadas (ou não) ao longo dos anos, em razão da organicidade de atuação do SEM/RS, especialmente perante a divisão regional, a definição de diretrizes, a oportunização de oficinas técnicas e a oferta de apoio técnico aos museus (existentes ou que estejam sendo criados, bem como seu

¹⁸ A ARM surgida em 1985 reunia profissionais atuantes em museus que ainda não eram museólogos, por força da lei federal 7287/1984 que criou o COREM 3R, órgão ligado ao Conselho Federal de Museologia que reconhecia a profissão e registrava os profissionais. No Rio Grande do Sul, os primeiros museólogos não possuíam formação de graduação e foram provisionados pela referida lei

consequente registro) e a efetivação de pesquisas¹⁹. Outras ações orquestradas e acompanhadas pelo SEM/RS, ao longo de mais de 30 anos de atuação, destacam-se no âmbito dos recursos, como a realização do Fundo de Apoio à Cultura (FAC) do Museus, do Programa FAPERGS, do apoio a cursos de especialização, para além do envolvimento e das trocas entre a estrutura dos sistemas nacional e regional para o efetivo trabalho sistêmico.

Para a execução das ações do SEM/RS se deu a divisão geográfica do estado em uma organização regional que foi conformada em sete regiões museológicas numa proposta feita por Teniza Spinelli e Tarcísio Taborda que observaram divisões regionais de outras entidades, bem como a proximidade e vinculação de museus às universidades numa possibilidade de apoio a pequenos museus. (DUARTE, 2013)

A realização dos fóruns estaduais de museus está prevista no Regimento Interno do SEM/RS, em seu artigo 16, e se deu com maior frequência em Porto Alegre, mas a sua realização no interior destacou as regionais atuantes e participantes: 2ª, 5ª e 7ª regiões museológicas. A intenção de início, visando a mais ampla participação era realizar uma edição no interior e outra em Porto Alegre, como se deu nas primeiras edições: poderá ser retomada em momentos, inclusive, de participação online.

O contexto dos primeiros eventos era de participação, discussão, pois eram as primeiras oportunidades de desenvolver discussões em grupo com os pares do RS e com participação de agentes do centro do país, que viriam a colaborar para o conhecimento. Estes profissionais e estudiosos vindos de várias regiões brasileiras também já tinham conhecimento das necessidades que se impunham no Rio Grande do Sul pela falta de formação regular, inclusive por que participavam dos Encontros Sul-riograndense de Museus ocorridos em Bagé, como já comentado. A realização, a guisa de registro foi: I Fórum realizado na cidade de Taquara (1989); II Fórum realizado em Porto Alegre (1990); III Fórum realizado em Santa Maria (1992); IV Fórum realizado na cidade de Farroupilha (1994); V Fórum novamente realizado em Taquara (1996);, 6º Fórum ocorrido em Porto Alegre (1998); 7º Fórum também ocorrido em Porto Alegre (2000); 8º Fórum realizado em Rio Grande (2002); 9º Fórum em Porto Alegre (2004); 10º Fórum na cidade de Bento Gonçalves (2006); 11º Fórum em Porto Alegre (2008);

¹⁹ Estas pesquisas estão disponíveis no site: <https://cultura.rs.gov.br/sistema-estadual-de-museus>. Acesso em 24 set. 2022

12º Fórum ocorrido em Santa Maria (2010) e 13º Fórum realizado em Porto Alegre (2013).

É, portanto, fundamental recordar das comemorações dos 30 anos do SEM/RS ocorridas de forma online, em 2021, que prestou homenagens e trouxe felicidade, aflorou emoções, lembranças e congratulações nas falas que foram feitas. Os antigos coordenadores e os coordenadores regionais, bem como os homenageados todos inseridos em uma mesa de depoimentos e agradecimento observaram a importância da criação do órgão e a quantidade de ações até então promovidas, reforçando a intenção de que nada se constrói sem participação, luta, resistência e coletividade.

Podemos observar as atribuições e a consequente atuação do SEM/RS a partir de seu regimento, onde se destacam a realização e periodicidade de: reuniões regionais, assembleias, oficinas de formação, políticas de integração e atendimento às demandas regionais.

Pela motivação da escrita e pela intenção de trazer alguns marcos desta história próxima e pujante é que delimitamos o terceiro e o oitavo fóruns como marcos deste texto e sobre os quais abordaremos na próxima seção.

Os fóruns estaduais de museus e sua interface com os agentes

Dentre os Fóruns, destacamos o 3º Fórum Estadual de Museus ocorrido entre 24 e 26 de agosto de 1992 em Santa Maria, município localizado na Região Central do estado e pertencente à 5ª Região Museológica. Portanto, há 30 anos, foram discutidos os seguintes assuntos (ANAIS, 1992): Cultura e Identidade (Ulpiano Bezerra de Meneses/SP); Museu como espaço educativo (Rosana Nascimento/BA); Museus e Arquivos (Painel); Política de Incentivo Fiscal à Cultura; e Profissionalização e quadro de pessoal dos museus (SEM/PR).

Estiveram presentes profissionais e acadêmicos vindos de São Paulo, Bahia, Paraná para trazer importantes relatos do que se discutia em âmbito nacional, em razão da inexistência de cursos de graduação no Rio Grande do Sul. Mas é mister recordar que a Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) havia

recentemente formado mais de vinte profissionais no pioneiro Curso de Especialização em Museologia ocorrido em Porto Alegre.

Nas palavras do então Coordenador do SEM/RS, José Albano Volkmer

O SEM/RS atua no sentido de promover uma política cultural participante, com a preocupação, ao nível institucional, a coordenação das atividades museológicas, reunindo museus de diferentes tipologias jurídico-administrativas, culturais ou técnicas, dentro da concepção de que 'sistema' é um método de trabalho coletivo, conjunto das partes envolvidas e integradas ao meio sócio-cultural específico de cada região museológica, mas com objetivos afins: buscar uma maior articulação e melhor desempenho dos museus do estado. (RIO GRANDE DO SUL, 1992, p. 71)

Observamos a existência de uma verdadeira atuação sistêmica, em razão da indicada ação articuladora e coletiva do SEM/RS, inclusive na pertinência dos assuntos tratados e discutidos que consideraram questões sobre a profissionalização, as ações educativas e a interdisciplinaridade, temas tão caros à Museologia naquele período e ainda tão prementes nas atuais discussões.

Importante, ainda, são as recomendações do III Fórum Estadual de Museus, dentre as quais destaca-se

1ª) sendo o museu um espaço educativo e Cultural, responsável pela preservação, divulgação e investigação do patrimônio natural e cultural, deverá estar comprometido, através de sua ação museológica, com a prática da cidadania e com os compromissos assumidos pelo ICOM e pela UNESCO, contidos nos documentos aprovados na MESA REDONDA de Santiago do Chile em 1972 e na Declaração de Caracas, em janeiro de 1992;

2ª) a transdisciplinaridade seja um componente fundamental para promover as relações institucionais agindo com a comunidade e atingindo-a de forma integral;

3ª) que a FAPERGS desenvolva, a partir de 1993, um plano de fomento especial beneficiando diretamente os museus tanto fisicamente como nos recursos humanos e na pesquisa;

4ª) que os projetos federais que contemplem a área museológica e patrimonial no território do Rio Grande do Sul tenham a participação dos profissionais sul-riograndenses; [...]

7ª) que o quadro de pessoal dos museus seja instituído como uma definição de seu perfil, com a admissão somente por concurso por qualificação e o processo de ascensão seja forma de garantir uma infra-estrutura que lhes proporcione uma adequada continuidade de trabalho; [...]

9ª) Que nos próximos FÓRUNS ocorra um maior espaço para a troca de experiência entre os museus de nosso Estado, na medida em que a teoria será engajada com a prática. E, é através da práxis museológica, levando em consideração a história e anseios da comunidade em que está inserido, que

o papel do museu como um espaço preocupado em levar a sociedade a uma visão holística na relação homem-planeta, homem-produto e homem-homem, seja fortificado e respeitado;

10ª) Que sejam criados cursos de graduação em museologia, tendo em vista a existência de especialistas em Museologia no Estado. A curto prazo que sejam incluídas nos currículos de faculdades afins (Ciências Humanas, Educação Artística, etc.) cadeiras de museologia. (RIO GRANDE DO SUL, 1992, p.123 a 125)

O que se observa é que de 1992 para cá, muitas destas recomendações foram atendidas: temos dois cursos de graduação em pleno funcionamento em universidades federais (UFPEL e UFRGS); os museus têm sua participação nas discussões promovidas nas reuniões regionais; tem se buscado conhecer melhor os públicos; os museus atuam na concepção de projetos captação de recursos, ainda com dificuldades, mas ampliando possibilidades; e permanece a oferta de formações técnicas por meio de oficinas, inclusive de forma online. Mas há outras demandas que ainda seguimos discutindo, mas resistindo e mantendo a organização em regiões museológicas, ainda que informalmente nos momentos de dificuldades e falta de apoio governamental, como a realização de concursos públicos específicos para a contratação de museólogos.

Volkmer, ainda em 1992 – quando se contava com cerca de 200 museus no RS -, observou que: “A construção de uma política museológica participativa deve levar em consideração as especificidades regionais, como expressão cultural das distintas correntes étnicas que compõem o amplo espectro cultural do RS” (RIO GRANDE DO SUL, 1992, p. 73)

É compreensível, portanto, que o SEM/RS tenha o princípio de que a verdadeira política museológica é prática em construção por meio de experiências vivenciadas em realidades e especificidades regionais e com a participação da sociedade e a mobilização permanente, engajada e consciente.

Como já indicado, o 8º Fórum Estadual de Museus foi realizado entre 13 e 18 de maio de 2002 na cidade de Rio Grande, município pertencente à 7ª Região Museológica e situado ao Sul do estado. Foi durante a realização do evento que foram travadas as discussões que resultaram num dos documentos fundamentais para embasamento da futura Política Nacional de Museus que trouxe novos caminhos e liberou uma demanda represada nos museus, no sentido de seu incremento.

Para Ricardo Oriá (p. 49):

[...] uma das maiores conquistas do setor museológico no país foi a instituição de um marco regulatório, até então inexistente, representado pela criação de uma autarquia federal responsável pelo setor – o Ibram – e, mais ainda, pelo Estatuto dos Museus (Lei nº 11.904/2009) e por outras normas correlatas, que dão configuração ao Sistema Brasileiro de Museus. (ORIÁ, 2013, p. 49)

A Carta de Rio Grande foi a propulsora de uma política pública específica para museus que foi desenhada e implementada a partir do ano de 2003. A regulação nas palavras de Ricardo Oriá foi representada pela efetivação, em 2004, do Sistema Brasileiro de Museus (Decreto n. 5.264/2004), responsável pela gestão da Política Nacional de Museus pela instituição, em 2009, do Instituto Brasileiro de Museus - IBRAM (Lei n. 11.906/2009), que visa ser uma referência na gestão de políticas públicas; pela publicação, em 2009, do Estatuto dos Museus (Lei n. 11.904/2009) e pela efetivação, em 2010, do Plano Nacional de Cultura e Plano Setorial de Museus (Lei n. 12.343/2010).

O 8º Fórum Estadual de Museus, apresentou como resultado, a Carta de Rio Grande, aprovada em assembleia de encerramento deste Fórum com cerca de 200 participantes e representação de doze estados da federação. A Carta de Rio Grande visava propor aos candidatos das eleições para governador e presidente a necessidade de uma política específica para o setor.

Seus principais títulos são:

1.Princípios Orientadores para uma Política Nacional de Patrimônio Cultural e Museus. 2. Políticas de Gestão e Organização do Setor Museológico. 3. Políticas de Democratização e Acesso aos Bens Culturais em aberto para acréscimos ou excluir. 4. Políticas de Financiamento e Fomento aos Museus Nacionais e Estaduais. 5. Políticas de Capacitação e Formação. 6. Políticas de Aquisição e Gerenciamento de Acervos e Bens Culturais. (RIO GRANDE DO SUL, 1999/2002, p. 14).

Pela importância dos referidos títulos, podemos indicar que muitas das ações indicadas já estavam sendo realizadas pelo SEM/RS, como a continuidade de atuação, mesmo sem o funcionamento do Sistema Nacional de Museus e a implementação do cadastro estadual de museus que indicava o conhecimento do contexto museal do estado do Rio Grande do Sul

Passados trinta e vinte anos, respectivamente, desde a realização do 3º e do 8º Fórum Estadual de Museus, verificamos que o Rio Grande do Sul se manteve em

ação. Perseguiu-se a discussão de questões que novamente se apresentam à pauta, especialmente as políticas públicas, tão caras aos cidadãos e ao desenvolvimento da cidadania.

Considerações

Ao fechar esta contribuição podemos nos questionar: Como estão os museus hoje? Quais os enfrentamentos que se observam? Entendo que os fóruns, pela sua origem de discussões e trocas apontam para estas respostas. Os museus ainda carecem de muita coisa, precisam de apoio, mas têm enfrentado suas dificuldades buscando apoio, qualificando-se e resistindo.

Concordamos com o que pensa Isaura Botelho

A par da inclusão que se pode promover por meio da melhoria na qualidade da educação de cada um, o investimento em cultura resulta, no longo prazo, em aumento da criatividade e da capacidade de inovação, da eficiência e da produtividade dos indivíduos e da sociedade. Nesse sentido, a cultura é o setor em que o investimento reverte mais diretamente para o conjunto da sociedade; (BOTELHO, 2007, p. 18 e 19)

Salientamos que qualificar os museus, amplia conhecimentos, a partir de pesquisas, de extroversão e de avaliação das ações. Tudo isto, propicia o trabalho eficiente.

Durante a realização do 14º Fórum Estadual de Museus, estamos falando com nossos pares num estado que hoje conta com mais de 250 profissionais registrados no COREM 3R e que tem funcionando, regularmente, dois cursos de graduação em Museologia, para além de diversos cursos de pós-graduação em área correlatas. Percebemos os avanços e as convergências.

Importante destacar que o SEM/RS em seus 30 anos de atuação teve mais mulheres gestoras em sua história. As profissionais Teniza Spinelli, Maria Teresa Custódio, Simone Flores Monteiro levaram adiante os anseios dos primeiros envolvidos e temos, pela primeira vez, a gestão de uma museóloga de formação, Carine Duarte, a frente do SEM/RS.

As discussões neste ano de 2022, ainda retomando as atividades presenciais demonstraram a participação de profissionais e pesquisadores do nosso estado, discutindo as questões do nosso meio e a ampliação de museus, que somam mais de 400 instituições.

Agradeço a oportunidade de participação e reforço que seguimos navegando e construindo museus que devem apoiar-se, discutir e observar que existem políticas públicas de cultura que estão disponíveis, mas que temos de nos orientar pelos eixos de formação, profissionalização, fomento, sistematização e ampliação de nossas ações, enquanto profissionais. E precisamos fazer cumprir a função social dos museus.

É necessário avançar, avaliar e inovar, com a certeza de seguir em frente, reforçando que Museu é espaço de troca, de respeito à diversidade e inclusão e de reflexão.

Referências

BOTELHO, Isaura. **A política cultural e o plano das idéias**. Trabalho apresentado no III ENECULT – Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura. Salvador: UFBA, 2007

CALABRE, Lia. **Políticas Culturais no Brasil: balanço e perspectivas**. Trabalho apresentado no III ENECULT – Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura. Salvador, UFBA, 2007

DUARTE, Carine Silva. **DA CEM AO SEM: Memória e trajetória do Sistema Estadual de Museus do Rio Grande do Sul**. 2013 Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação). Porto Alegre, UFRGS.

ORIÁ, Ricardo. **A Museologia no Brasil – Novo marco regulatório**. In: Gestão museológica [recurso eletrônico]: questões teóricas e práticas / Seminário Internacional sobre Gestão Museológica realizado pelo Museu Nacional do Conjunto Cultural da República; Organizador Wagner Barja. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2013.

RANGEL, Marcio Ferreira. **Museologia e patrimônio: encontros e desencontros**. In: Dossiê Museologia e Patrimônio Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Ciênc. hum. 7 (1) Abr 2012 Organizador Marcus Granato. Belém, 2012

RIO GRANDE DO SUL. Decreto nº 33.791, de 21 de janeiro de 1991.

RIO GRANDE DO SUL. **Fórum Estadual de Museus-RS**. Anais do III Fórum Estadual de Museus – RS. Santa Maria: UFSM, 1992

RIO GRANDE DO SUL. **Regimento Interno**, 1996. Acervo do Sistema Estadual de Museus/RS. Taquara, 1996.

RIO GRANDE DO SUL. **RELATÓRIO DE GESTÃO**. Sistema Estadual de Museus/RS. Estado da Participação Popular. Período de 1999 a 2002, 28p.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. **Políticas Culturais no Brasil: Passado e presente**. Salvador: EDUFBA, 2012